



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2012

### Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. Demonstrações Financeiras da ETERNIT S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

### A COMPANHIA

A Eternit, fundada em 1940 e com registro em bolsa desde 1948, é a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país, com atuação nos segmentos de louças, metais sanitários e componentes para sistemas construtivos.

O Grupo Eternit, com matriz em São Paulo, é composto por 11 fábricas e 1 mineradora, sendo 4 fábricas da Eternit localizadas estrategicamente nas cidades de Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA), 1 fábrica da controlada Precon Goiás na cidade de Anápolis (GO), 6 fábricas da controlada Tégula Soluções para Telhados, localizadas nas cidades de Atibaia (SP), São José do Rio Preto (SP), Içara (SC), Frederico Westphalen (RS), Anápolis (GO) e Camaçari (BA); e a SAMA Minerações Associadas, sediada na cidade de Minaçu (GO), terceira maior mineradora de crisotila do mundo.

O Grupo mantém showroom em São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2.175, com objetivo de apresentar o seu novo portfólio a sociedade em geral.

Atualmente, o Grupo conta com mais de 2.500 colaboradores e seus produtos são distribuídos em mais de 16 mil pontos de revenda em todo o país, além da forte atuação no mercado externo, exportando para mais de 20 países a fibra do crisotila.

A Eternit constituiu uma joint-venture com as Organizações Corona, multinacional colombiana, com mais 130 anos de experiência, operando 17 fábricas na Colômbia e 2 nos Estados Unidos da América, para a construção de sua fábrica de louças sanitárias no distrito industrial do Porto de Pecém, município de Caucaia (CE), com previsão de início de produção no primeiro trimestre de 2014.

### SEGMENTOS DE ATUAÇÃO

O segmento de cobertura é um dos maiores mercados da construção civil no País, com uma demanda anual na ordem de aproximadamente 600 milhões de metros quadrados. As telhas de fibrocimento e telhas de concreto representam cerca de 50% deste mercado na qual a Companhia mantém a liderança, com participação em torno de 30% para cada mercado.

A SAMA, mineradora de crisotila, tem uma participação mundial de 15% de um mercado com demanda mundial anual de 2,1 milhões de toneladas. A fibra de crisotila é a principal matéria-prima dos produtos de fibrocimento, e a estratégia da Companhia é priorizar o abastecimento do mercado interno e exportar o excedente de sua produção.

As louças sanitárias vêm se destacando no portfólio da Companhia que se prepara para operar sua fábrica no Estado do Ceará. Em apenas três anos no segmento de louças a Eternit já tem posição de destaque, ultrapassando inclusive tradicionais players.

Em linha com o Programa Estruturado de Expansão e Diversificação, a Eternit anunciou em 07 de fevereiro de 2012, a entrada no segmento de metais sanitários. Com parcerias estratégicas, nacionais e internacionais, e a Eternit usará, inicialmente, capacidade de terceiros.

A estratégia é análoga ao que foi realizado com louças sanitárias. O portfólio de metais sanitários da Eternit, do standard ao luxo, seguirá o padrão de qualidade da marca.

### ESTRATÉGIA PARA OS PRÓXIMOS 70 ANOS

A Eternit acredita que para manter o ritmo de crescimento é preciso diversificar e inovar nos negócios. Para a Companhia, em um setor dominado por empresas monoprodutos, como é o brasileiro, tornar-se a primeira grande empresa diversificada com produtos e soluções do piso ao teto é a estratégia exata para manter a perenidade e a expansão dos seus negócios.

A Eternit registrou seu primeiro grande êxito nesse sentido entre 2008 e 2010. Por meio do ingresso em segmentos em que não atuava, como o de louças sanitárias e telhas de concreto, conseguiu alcançar, com um ano de antecedência, sua meta de elevar o faturamento bruto de R\$ 500 milhões para R\$ 1 bilhão.

A meta estava estabelecida no Plano Estruturado de Expansão e Diversificação, criado no final de 2007 para agrupar as diretrizes de diversificação do portfólio em cinco anos. Com o objetivo cumprido, inicia-se a segunda fase do programa denominada "Bem-vindos aos próximos 70 anos", que tem por objetivo atingir, a longo prazo, 50% do seu faturamento com produtos ligados a diversificação.

As diretrizes para a segunda fase são: (i) crescimento orgânico, com objetivo de aumentar as atuais capacidades para vender mais do mesmo; (ii) crescimento orgânico diversificado, com a finalidade de incluir novos produtos no portfólio da Companhia, utilizando capacidade de terceiros ou desenvolvimento do produto e (iii) crescimento inorgânico, por meio de aquisições de empresas do segmento de materiais de construção.

### VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia construiu no mercado uma sólida imagem e uma estrutura altamente competitiva, com destaque para:

- Força da marca:** presente no Brasil desde 1940, a Eternit é sinônimo de seu principal produto.
- Portfólio de produtos:** mix de produtos mais diversificado do segmento, com opções do standard ao luxo.
- Relação custo benefício do produto:** o fibrocimento com mineral crisotila destaca-se pela excelente relação custo-benefício.
- Localização estratégica das fábricas:** 11 unidades industriais localizadas em 4 regiões, muitas delas atuam como centro de distribuição, permitindo operar com prazo médio de entrega de 72 horas em qualquer ponto do País.
- Rede de distribuição:** mais de 16 mil pontos de revenda.
- Capacidade de investimento:** forte geradora de caixa, possibilitando a utilização de recursos próprios para investimentos e de terceiros, visto que a Companhia não possui dívidas.

### O ANO DE 2012

#### CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE ATUAÇÃO

O ano de 2012 foi marcado por instabilidades na economia internacional, reflexo da crise na Europa e incertezas com relação a recuperação da atividade econômica dos Estados Unidos da América associado pela desaceleração da economia chinesa. No Brasil, a despeito do elevado grau de incerteza e do baixo crescimento da economia global, a atividade econômica iniciou processo de retomada gradual do crescimento. Após o acúmulo de estímulos adotados pelos órgãos de governo, como redução da Taxa Selic, desonerações fiscais, desoneração da folha de pagamento de setores da indústria, dentre outros, os indicadores da atividade econômica do país passaram a sinalizar recuperação, a qual encerrou o ano com crescimento de 0,9% no Produto Interno Bruto (PIB) e 1,9% no PIB da construção civil, abaixo do crescimento de 2011, 2,7% e 3,6% respectivamente.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT), as vendas de materiais de construção no ano de 2012 apresentaram crescimento de 1,4% em relação ao ano anterior, mas abaixo da previsão para o ano, que apontava para 2,0%. A consequência deste cenário foi ocasionada, principalmente, das vendas de materiais básicos, como cimento, telhas, tubulações, que não apresentaram grandes evoluções.

Para estimular as vendas de materiais de construção, com vista a recuperação da atividade do setor durante o ano de 2012, a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO), motivou bancos públicos e privados a criarem linhas de créditos para a aquisição de material de construção pelas pessoas físicas com taxa de juros reduzida.

Apesar da demanda por materiais de construção ter apresentado baixo desempenho durante o ano de 2012, a Eternit apresentou crescimento, já deflacionado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) de 5,1% em relação a 2011.

A continuidade das obras dos programas governamentais como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), o crescimento das obras de infraestrutura, que representa a compra de materiais para grandes obras, como de rodovias, ferrovias e portos, assim como os investimentos para viabilização dos megaeventos esportivos - Copa de 2014 e Olimpíadas 2016 - e das obras complementares por eles demandadas, indicam boas perspectivas para os próximos anos e favorecerão o setor da construção civil, na qual a Eternit está inserida, além da geração de emprego, distribuição de renda em função destas obras e dos estímulos dos bancos comerciais públicos e privados para a aquisição de materiais de construção, que impactam positivamente o crescimento da demanda por produtos de nosso portfólio.

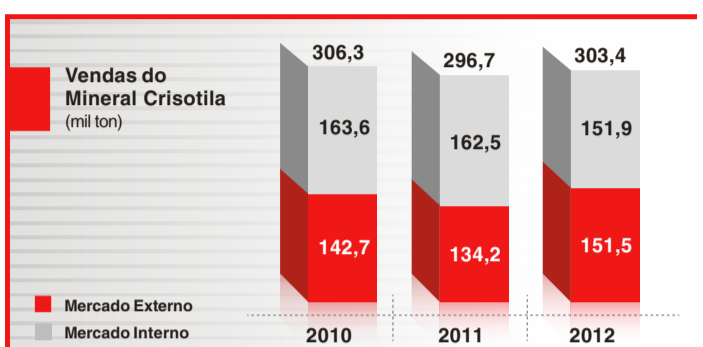
### DESEMPENHO OPERACIONAL

A demanda mundial por amianto crisotila permaneceu elevada durante o ano, o que levou a Eternit manter sua estratégia de operar em capacidade máxima na mineração do crisotila. Na linha de produtos acabados, a produção acompanhou a demanda e a utilização da capacidade instalada foi de aproximadamente 80% no fibrocimento e 60% nas telhas de concreto.

As atuais capacidades de produção das empresas do Grupo Eternit estão em torno de 300 mil toneladas na mineradora, um milhão de toneladas no fibrocimento e 10 milhões de metros quadrados nas telhas de concreto.

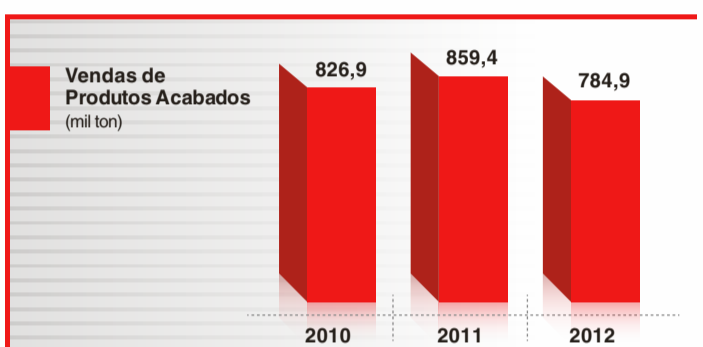
#### Mineral Crisotila

Limitado à sua capacidade de produção, as vendas do mineral crisotila totalizaram 303,5 mil toneladas em 2012, praticamente estável com o volume de 2011. Destaque para as vendas no mercado externo que compensaram a retração no mercado interno, em função da redução da demanda por materiais de construção, mantendo uma distribuição de aproximadamente 50% para ambos os mercados.



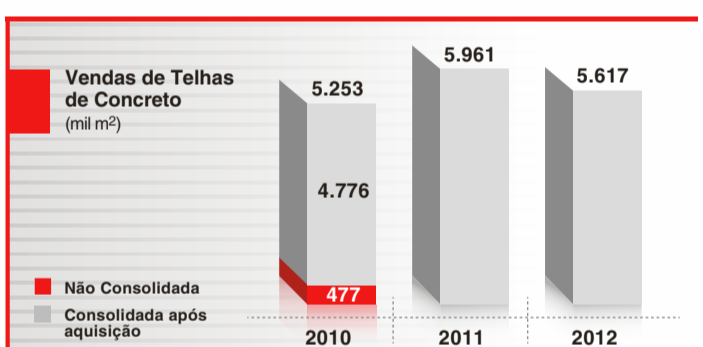
#### Fibrocimento

Em 2012, as vendas atingiram 786,0 mil toneladas, 8,5% menor que o volume vendido no ano de 2011, em função da desaceleração do setor e do reposicionamento de preços por parte da Companhia.



#### Telhas de Concreto

O volume vendido em 2012 foi de 5.617 mil metros quadrados, 5,8% menor em relação a 2011, em função da redução da demanda por materiais de construção. A Tégula dispõe de um portfólio com mais de 33 linhas de produtos, sendo as telhas de concreto de maior representatividade.



#### Outros Produtos

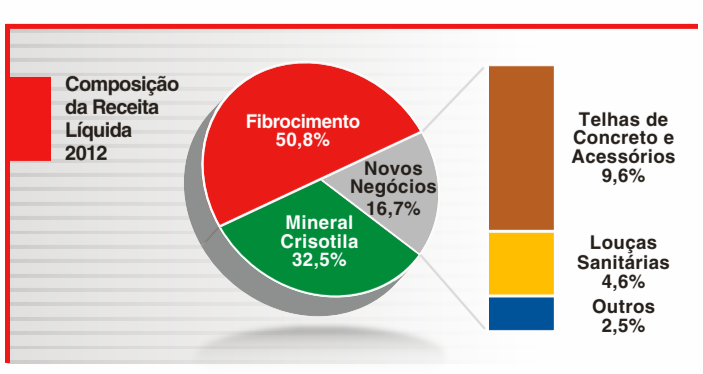
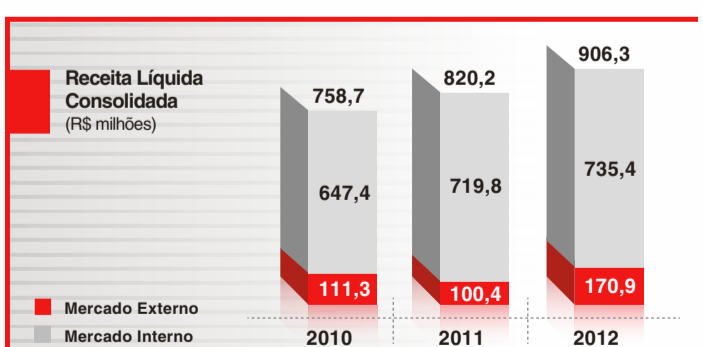
As louças sanitárias vêm se destacando no portfólio da Companhia que se prepara para operar sua fábrica no Estado do Ceará. Os demais produtos vendidos, porém numa menor escala, são metais sanitários, telhas metálicas e assentos sanitários dentre outros.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

No ano de 2012, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 906,3 milhões, um crescimento de 10,5% quando comparado a 2011, em função de um bom desempenho das vendas do mercado externo, que totalizaram R\$ 170,9 milhões, um aumento de 70,2% frente ao ano anterior, decorrente de um volume maior, aumento de preço e uma valorização do dólar frente ao real de 16,7% (comparação entre ptax médio de cada ano). No mesmo período, as vendas para o mercado interno somaram R\$ 735,4 milhões, 2,2% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao reposicionamento de preços em todo o portfólio que neutralizou a redução do volume vendido no mercado interno por conta da demanda por materiais de construção.

No mesmo período, a receita proveniente do mineral crisotila totalizou R\$ 294,4 milhões, crescimento de 39,1% na comparação com 2011 em função de aumentos de preço e valorização cambial. No mesmo período comparativo, o segmento de fibrocimento ficou praticamente estável, totalizando R\$ 460,1 milhões e, de telhas de concreto, incluindo a linha de acessórios para telhados, apresentou retração de 2,9% e totalizou R\$ 86,9 milhões, devido a desaceleração do setor compensada por aumento de preços no decorrer do ano. A linha de outros produtos também apresentou aumento de 6,6% e totalizou R\$ 64,9 milhões, com destaque para louças sanitárias, responsáveis por 4,6% da receita líquida consolidada.



### EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA consolidado (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) totalizou R\$ 184,3 milhões em 2012, 31,6% superior ao registrado no ano de 2011 em função, principalmente, do reposicionamento de preços em todo o portfólio da Companhia e por uma variação cambial maior, resultado da apreciação do dólar frente ao real, que impactou positivamente as exportações da mineradora SAMA. Como consequência, a margem EBITDA evoluiu 3 pontos percentuais, quando comparado a 2011, e encerrou 2012 com 20%.

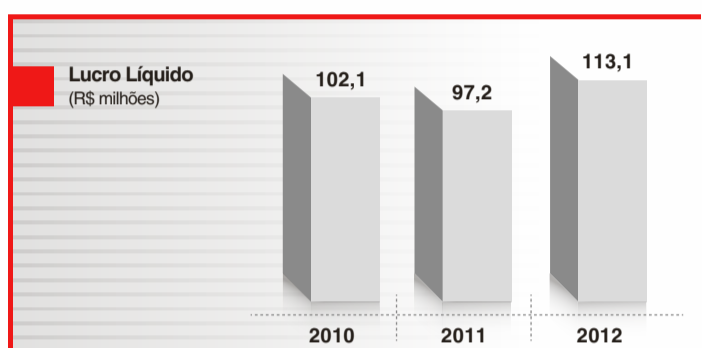
O cálculo do EBITDA está em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012.

#### Reconciliação do EBITDA

Consolidado (R\$ mil)	2012	2011	2010
<b>Lucro líquido</b>	<b>113.004</b>	<b>97.193</b>	<b>102.085</b>
Participação de acionistas não controladores	2	-	(1)
Contribuição social e Imposto de Renda	44.798	33.947	31.300
Resultado financeiro líquido	(2.249)	(13.839)	(9.724)
Despesas financeiras	36.757	29.820	22.676
Receitas financeiras	(39.006)	(43.659)	(32.400)
Depreciação e amortização	28.773	22.806	18.154
Realização do ágio - mais valia nos estoques	-	-	2.539
<b>EBITDA</b>	<b>184.326</b>	<b>140.107</b>	<b>144.353</b>

### LUCRO LÍQUIDO

A Eternit registrou lucro líquido de R\$ 113,0 milhões em 2012, um crescimento de 16,3% em relação a 2011, em função dos aspectos comentados no EBITDA que foram compensados, parcialmente, por um resultado financeiro menor, das primeiras despesas da Companhia Sulamericana de Cerâmica, joint-venture entre Eternit e Organizações Corona. Como resultado, a margem líquida permaneceu estável, em relação a 2011, e encerrou 2012 em 12%.



### ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2012 com uma dívida líquida negativa de R\$ 15,2 milhões. No mesmo período, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somavam R\$ 80,4 milhões, principalmente, em função das antecipações dos contratos de câmbio e de exportações (ACC e ACE), captados em dólares norte-americano com taxa cambial média de R\$ 2,041 e atualizados pela taxa corrente de R\$ 2,0429 referente a 31 de dezembro 2012a um custo médio de captação de 3,25% ao ano (taxa PRIME); financiamento da frota da controlada SAMA com taxas médias de 6,171% e 4,430% ao ano, ambas acrescidas pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e de máquinas e equipamentos destinados às suas operações pelo FINIMP (Financiamento de Importação) captados em dólares norte-americano com taxa cambial média de R\$ 2,0758 e atualizados pela taxa corrente de R\$ 2,049 de 31 de dezembro de 2012 acrescido de juros de 2,84% ao ano.

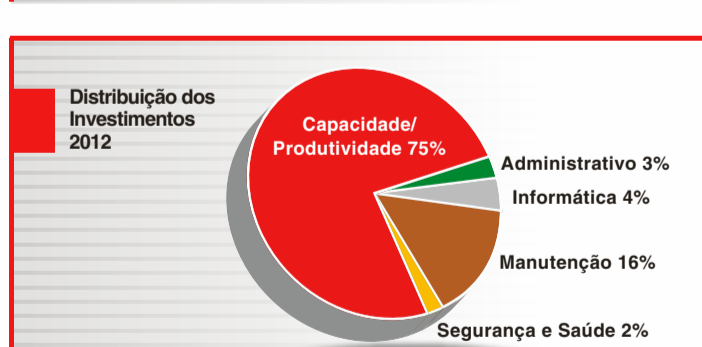
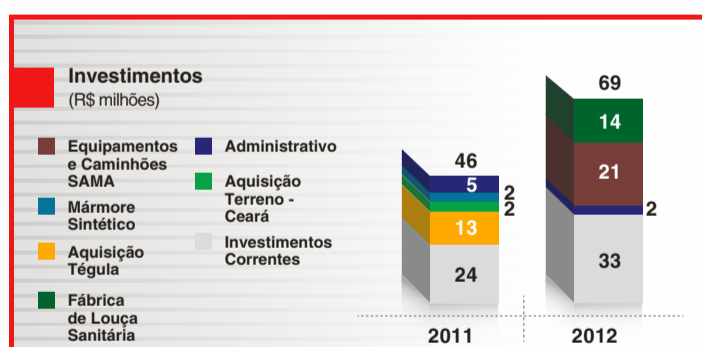
O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R\$ 95,6 milhões, sendo que as aplicações financeiras remuneradas com taxas médias de 103% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Endividamento - R\$ mil	2012	2011	2010
Dívida bruta	80.420	48.444	23.934
Caixa e equivalentes de caixa	(16.656)	(42.333)	(39.751)
Aplicações financeiras de curto prazo	(78.930)	(26.588)	(40.900)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(15.166)</b>	<b>(20.477)</b>	<b>(56.717)</b>

Faz-se necessário ressaltar que a Companhia não possui operações alavancadas com derivativos de qualquer espécie que possam significar posições especulativas.

### INVESTIMENTOS

Em 2012, os investimentos totalizaram R\$ 69,4 milhões, sendo R\$ 21,0 milhões para aquisição de máquinas, equipamentos e caminhões da mineradora, R\$ 33,2 milhões, principalmente, para manutenção e modernização do parque industrial, R\$ 13,6 milhões referente ao aporte de capital na Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) para construção da fábrica de louças sanitárias e R\$ 1,6 milhão na aquisição de licenças e migração para a nova versão do SAP. Na comparação com o ano de 2011 os investimentos foram na ordem de R\$ 46,4 milhões.



Em linha com as iniciativas de diversificação e crescimento, o foco dos investimentos da Companhia continua em produtividade e na construção da primeira planta de louças sanitárias, na unidade multiprodutos, que será instalada no Porto de Pecém, no estado do Ceará. A previsão para o término das obras é para dezembro de 2013 com investimento na ordem de R\$ 100 milhões, onde a Companhia Sulamericana de Cerâmica utilizará cerca de 60% de recursos de bancos públicos e cerca de 40% com recursos próprios, na proporção societária de 60% (Eternit) e 40% (Grupo Corona).

### VALOR ADICIONADO

O valor adicionado do ano totalizou R\$ 528,6 milhões, crescimento de 14,4% em relação a 2011. Desse montante, destacamos um equilíbrio na distribuição dos valores aos colaboradores e aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições. E por os acionistas foram destinados 21,4% do valor adicionado gerado.

	2012	2011	2010
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>528.619</b>	<b>462.136</b>	<b>430.688</b>
Pessoal	175.636	158.710	150.208
Impostos, taxas e contribuições	172.123	170.303	151.060
Remuneração de Capitais de Terceiros	67.849	35.930	27.335
Remuneração de Capitais Próprios	113.004	97.193	102.085
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>528.619</b>	<b>462.136</b>	<b>430.688</b>

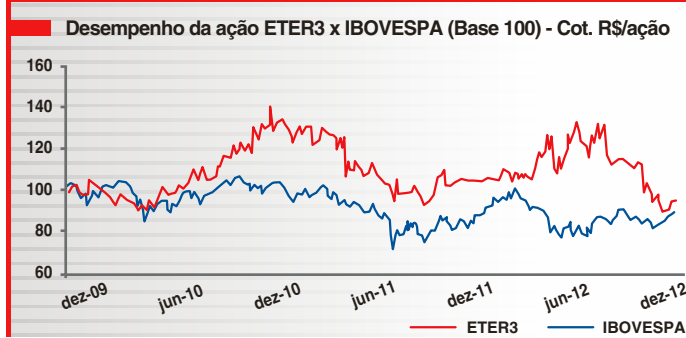
**MERCADO DE CAPITAIS**

A Eternit possui registro em bolsa desde 1948 e desde 2006 tem suas ações negociadas no Novo Mercado, o nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA, sob o código ETER3. A Companhia também possui um programa de ADR nível 1 (*American Depositary Receipts*), desde maio de 2010, permitindo a negociação das ações no mercado secundário ou de balcão nos Estados Unidos, sob o código ETNTY.

Em 2012, a Companhia manteve alta concentração de acionistas pessoas físicas com 60,8%, 28,3% para clubes, fundos de investimentos e fundações e 10,9% para os investidores estrangeiros em sua base acionária. O volume financeiro médio negociado no ano foi de R\$ 1,4 milhão, apresentando um aumento de 66,6% frente aos R\$ 793,8 mil de 2011.

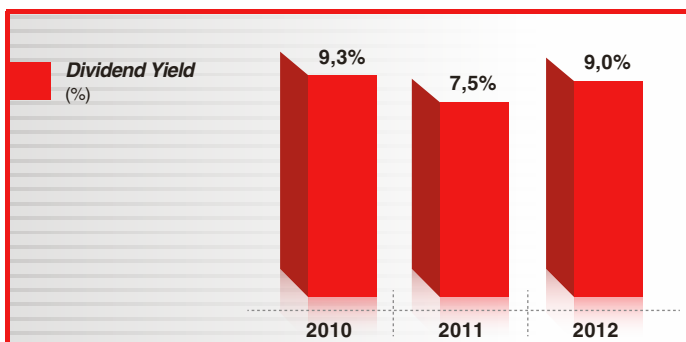
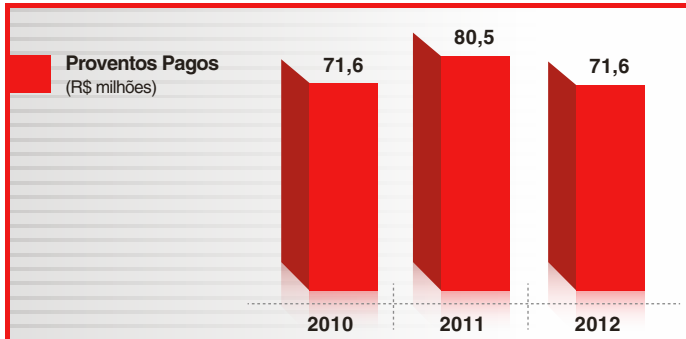
A cotação de R\$ 8,10 das ações da Eternit (ETER3) no fim de 2012 resultou em uma desvalorização de 9,0% quando comparado ao fim de 2011. No mesmo período o IBOVESPA fechou em 60.952 pontos, uma valorização de 7,4% em relação a dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado da Eternit era de R\$ 725 milhões.

Considerando a valorização da ação mais os proventos pagos, a variação foi praticamente estável (negativa em 1,1%) no período de dezembro de 2011 a dezembro de 2012.



**REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

A Eternit continua sendo uma das empresas com maior índice de retorno aos seus acionistas, dentre as companhias de capital aberto no Brasil, sendo uma das poucas empresas que concilia crescimento com dividendos. Em 2012, os proventos pagos foram R\$ 71,6 milhões, equivalente a um *dividend yield* de 9,0%.



**GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Com capital pulverizado, uma das maiores preocupações da Companhia é com a Governança Corporativa baseada nas melhores práticas do mercado, com destaque para a transparência e a equidade. O principal objetivo desse modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas e demais públicos de relacionamento. A adoção das melhores práticas supera as exigências legais e credenciou a Eternit a integrar, desde 2006, o Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

Em linha com essas práticas de comunicação e transparência, a Eternit informa que em 31 de dezembro de 2012, seus diretores detinham 1,73% das ações da Companhia.

De acordo com o Guia das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), as Companhias de capital aberto devem procurar facilitar a participação dos acionistas na assembleia, inclusive por meio de procuração, e pode fazer uso de tecnologias tais como assinatura eletrônica e certificação digital. Neste sentido, a Eternit implantou em 2010, a plataforma eletrônica da Assembleia na Web, com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas nas assembleias da Eternit por meio da outorga de procuração.

A Eternit tem acionistas em todos os estados brasileiros, mais da metade fora do Estado de São Paulo, e nem sempre estes acionistas conseguem participar das assembleias. Dessa forma, os acionistas terão esta facilidade e poderão, por meio de procuração eletrônica, deliberar sobre as matérias em discussão das assembleias da Companhia. As próximas Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária (AGO/E) ocorrerão no dia 17 de abril de 2013. Para fazer o cadastro e participar das assembleias, acesse [www.eternit.com.br/ri](http://www.eternit.com.br/ri) ou [www.assembleianaweb.com.br](http://www.assembleianaweb.com.br).

Participe, esta é mais uma iniciativa da Eternit para o aperfeiçoamento de suas boas práticas de Governança Corporativa.

**RODÍZIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à Instrução CVM nº 308/99, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada no dia 07 de março de 2012, a contratação da empresa de auditoria independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.A. ("Ernst & Young") para auditar as demonstrações financeiras da Companhia a partir do segundo trimestre de 2012, em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte").

A contratação da Ernst & Young visa a atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99.

Adicionalmente, a Companhia informa que obteve a anuência da Deloitte com relação à justificativa para referida mudança.

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

**Programa Portas Abertas**

Em novembro de 2004, a Eternit lançou o Programa Portas Abertas, com o objetivo de contribuir para o melhor entendimento da sociedade a respeito da extração e beneficiamento do mineral crisotila, da fabricação dos produtos de fibrocimento de forma sustentável e das práticas de saúde e segurança. O programa consiste na realização de visitas às cinco unidades de fibrocimento do Grupo - Anápolis (GO), Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA) e também à mineradora SAMA, localizada em Minaçu, norte do Estado de Goiás. Desde sua implantação, o programa, considerado um dos maiores do mercado, já recebeu mais de 55 mil visitantes.

Para agendar uma visita, verifique a unidade mais próxima e envie uma mensagem aos endereços eletrônicos disponíveis no site da Eternit ([www.eternit.com.br/portasabertas](http://www.eternit.com.br/portasabertas)).

**Ética e Sustentabilidade**

A Eternit conta com mais de 2.500 colaboradores, distribuídos pelo Brasil. O respeito a esses profissionais é uma das diretrizes da Companhia para garantir sua sustentabilidade, o que, em outras palavras, pode ser traduzido como assegurar a perenidade de seu negócio com rentabilidade, competitividade e respeito ao meio ambiente e à responsabilidade social.

O Grupo preserva e mantém reservas ambientais nas unidades fabris de Colombo (PR), Simões Filho (BA) e Alibaia (SP), bem como na mineradora SAMA. Utilizando como base as métricas adotadas pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), o total de áreas verdes mantidas pela Eternit equivale a 4.469 campos de futebol.

Como reflexo dessa e dentre outras atuações, está a conquista de prêmios e reconhecimentos do mercado, assim como a obtenção de certificações internacionais, como a ISO 9.001 de gestão da qualidade, a ISO 14.001 de gestão ambiental e a OSHAS 18.001 de saúde e segurança no trabalho. Tanto as fábricas de fibrocimento quanto a mineradora SAMA são certificadas nas três instâncias, sendo que a SAMA foi a primeira mineradora de crisotila do mundo a obter a ISO de gestão ambiental e a OHSAS de saúde e segurança no trabalho. As fábricas da Tégula têm certificações da ISO 9.001 e estão se preparando para certificação ISO 14.001.

A Companhia é signatária do Pacto Global, de combate à corrupção, e apoia as Metas do Milênio, ambas iniciativas da ONU (Organização das Nações Unidas), e se prepara, a médio e longo prazo, para conduzir o *Blueprint* - Plano de Ação para Liderança em Sustentabilidade Corporativa, iniciativa relacionada ao Pacto Global.

**MINERAL CRISOTILA OU AMIANTO CRISOTILA**

**Questão Jurídica**

A Companhia esclarece que a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Portanto, a competência para legislar é da União, conforme preceitos constitucionais.

Em 2001, surgiram as duas primeiras leis contra o amianto no Brasil. A Lei nº 10.813 do Estado de São Paulo e a Lei nº 2.210 do Estado do Mato Grosso do Sul. Ambas foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396 e declaradas inconstitucionais por invadirem a competência da União.

Existem ainda quatro leis estaduais sancionadas (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco) restringindo o uso do amianto, que estão sendo discutidas por meio de ADIs perante o STF, além do questionamento, também por meio de ADI, do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995. As ADIs propostas contra as leis estaduais aguardam julgamento de mérito. Vale mencionar que os Estados de Mato Grosso e Roraima aprovaram leis contra o amianto ainda não sancionadas.

Por força de liminares, as leis dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão suspensas. No que diz respeito, a Lei nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, a Companhia esclarece que no dia 04 de junho de 2008, o plenário do STF revogou a liminar concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a referida lei. Importante destacar que o mérito desta ação ainda não foi julgado, o que a coloca sub-judice e, portanto, a proibição ainda não se tornou definitiva.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção, e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado-membro e da ADI nº 3937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

O eminente Ministro Ayres Britto, e presidente do STF (na data em questão), iniciou o julgamento proferindo o seu voto pela constitucionalidade das leis estaduais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto o eminente Ministro Marco Aurélio proferiu o seu voto pela inconstitucionalidade das referidas leis. Após a conclusão do voto do Ministro Marco Aurélio, o presidente do Supremo suspendeu os trabalhos.

A Companhia esclarece que o início do julgamento de mérito das ADIs se deu após exaustivos debates de cunho científico com a sociedade brasileira, por meio de audiência pública realizadas pelo STF, em 24 e 31 de agosto de 2012, conduzida pelo Ministro Marco Aurélio e que contou com a presença pontual dos também eminentes Ministro Ricardo Lewandowski e Ministra Rosa Weber.

A audiência pública teve por objetivo avaliar o ponto de vista médico-científico o uso do amianto "crisotila", dada sua importância para o Brasil.

A matéria encontra-se pendente sem previsão para voltar a pauta do STF para conclusão do julgamento. Mais informações estão disponíveis em [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)

**Pesquisas relacionadas ao amianto**

O uso de produtos de fibrocimento, caixas d'água e telhas, com amianto crisotila não oferece riscos à saúde da população. Não há registro no Brasil de nenhum caso de morador que tenha desenvolvido doença em razão de residir nas mais de 25 milhões de habitações cobertas com telhas de fibrocimento contendo amianto. O fato é comprovado por pesquisa nacional, realizada por renomada equipe médica ligada às principais universidades brasileiras, cujos projeto e relatório final foram aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e está disponível no site <http://www.sectec.go.gov.br/portal/> - [www.crisotilabrasil.org.br](http://www.crisotilabrasil.org.br) - [www.eternit.com.br/ri](http://www.eternit.com.br/ri).

Não há registro de doenças com disfunção respiratória relacionadas ao amianto entre os colaboradores admitidos nos últimos 30 anos na mineração e nas fábricas de fibrocimento do Grupo Eternit.

Por solicitação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, a Fundação Getúlio Vargas - FGV realizou uma pesquisa sobre o papel dos produtos de amianto na cadeia da construção civil. Este trabalho tem como objetivo dimensionar a importância dos produtos da cadeia produtiva do mineral crisotila na construção civil, tanto na sua dimensão de renda e emprego como em seu papel na estrutura concorrencial e na formação de preços do setor. A íntegra desta pesquisa encontra-se disponível no site <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/o-papel-dos-produtos-de-amianto-na-cadeia-da-construcao-civil-aspectos-relevantes-da-dimensao-economica-da-cadeia-dos-produtos-de-amianto/>.

Diante deste quadro, a Eternit reafirma sua convicção de que seus produtos são seguros para a população e que a realização de gestão sustentável em suas unidades não coloca em riscos a saúde de seus colaboradores e entende que o Supremo Tribunal Federal irá considerar as evidências técnicas e científicas para julgamento de mérito da questão, não cedendo a pressões de grupos favoráveis ao banimento do amianto crisotila apenas com base na experiência europeia que utilizou o outro tipo de amianto (amianto anfíbolio) sem os cuidados necessários, principalmente sob a forma de jateamento.

**PRÊMIOS E CONQUISTAS**

Durante 2012 as empresas do Grupo Eternit conquistaram vários prêmios importantes nas áreas de Governança Corporativa, Relações com Investidores, Recursos Humanos, Marketing, Engenharia, Saúde e Segurança, Meio Ambiente e Produtos. Para conhecer os prêmios, acesse [www.eternit.com.br](http://www.eternit.com.br), [www.sama.com.br](http://www.sama.com.br), [www.precongoias.com.br](http://www.precongoias.com.br).

Estes reconhecimentos credenciam a Companhia para a realização de seu projeto de Expansão e Diversificação.

**PERSPECTIVAS**

Para 2013, a estimativa de crescimento do PIB é de 3,3% e incorpora a perspectiva de baixo crescimento da economia global por um tempo prolongado, principalmente na Zona do Euro, bem como recuperação do ritmo de atividade em importantes economias emergentes, como os países da América Latina e Ásia. Neste cenário, a estimativa de crescimento para o PIB da construção civil passa a ser de 3,8% para 2013, segundo o Banco Central (BACEN).

Para o governo brasileiro, a indústria da Construção Civil tem importância estratégica para o crescimento econômico e para a geração de empregos e renda no país. O Governo Federal tem ampliado de forma expressiva seus investimentos em habitação, saneamento básico e infraestrutura, pois investir na construção civil significa incentivar um setor que muito contribui para o desenvolvimento da economia brasileira. Este cenário deverá ser repetir para os próximos anos e para 2013 a projeção de crescimento do PIB da construção civil é de 3,8%.

O setor de materiais de construção, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT) projeta um crescimento de 4,5% nas vendas para o ano de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior que apresentou um crescimento de 1,4%, demonstrando otimismo para o setor além de expectativas de melhoria nos segmentos de infraestrutura e imobiliário em relação a 2012.

Segundo a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO), o Brasil possui aproximadamente 57,8 milhões de moradias permanentes e 77% destes lares precisam de algum tipo de reforma ou expansão. Atualmente as moradias é um dos grandes reflexos da desigualdade social, além de influenciar negativamente a saúde, o aprendizado, a produtividade e o bem-estar dos moradores, representando assim demanda significativa para atender tais necessidades.

O déficit habitacional, estimado em 5,5 milhões, é composto por famílias que ocupam moradias precárias, que são oneradas excessivamente com aluguel, que apresentam adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados e habitações que abrigam mais de um núcleo familiar com intenção de cada núcleo obter uma moradia própria. Estas necessidades somadas a outras do setor, como reformas e ampliações, concentram a construção autogerida, pois 90,2% do déficit estão concentrados em famílias com até três salários mínimos, onde não há atuação expressiva das construtoras.

Somente com a geração de emprego e distribuição de renda em função das obras citadas acima, dos estímulos para aquisição de materiais de construção e dos investimentos em infraestrutura e saneamento básico comentados, além das unidades habitacionais a serem construídas para o programa Minha Casa, Minha Vida resolverão o problema das moradias a qual impactará positivamente os negócios da Eternit, pois haverá aumento da demanda por produtos de nosso portfólio destinado, principalmente, à construção autogerida.

Para atender a construção autogerida, bancos comerciais privados e públicos criaram ações às linhas de financiamento para facilitar a compra de material de construção, com taxas reduzidas e maiores prazos. A Companhia considera relevante a disponibilidade de crédito para financiamento da compra de materiais de construção, uma vez que os produtos de fibrocimento, devido ao seu excelente custo benefício, possuem forte demanda pela população de baixa renda.

A Eternit procura desenvolver produtos e soluções voltados às necessidades das construtoras o que poderá representar grande oportunidade de crescimento à Companhia. A maior parte de seu faturamento é proveniente da distribuição via revendas com seus mais 16 mil pontos de revenda espalhados pelo país.

Em linha com o Programa Estruturado de Expansão e Diversificação, a Companhia inicia um novo ciclo e se prepara para ser a mais diversificada indústria de materiais de construção do Brasil, tendo a longo prazo cerca de 50% de seu faturamento ligado à diversificação. A primeira fase do programa consolidou a Eternit como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país e encerrou 2012 com aproximadamente 15% do seu faturamento ligado à diversificação.

Apesar do cenário favorável ao setor de construção, a Administração considera relevantes os seguintes desafios do setor: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura e valorização do câmbio; o combate à inflação, disponibilidade e capacitação de mão de obra; aumento da produtividade da cadeia de construção; e a questão da habitação no que se refere ao custo dos terrenos que podem sofrer valorização excessiva e inibir investimentos.

Em relação aos desafios da Companhia, o principal deles é a questão jurídica a cerca do uso do mineral crisotila, a qual aguarda decisão do STF. Independentemente da decisão da Suprema Corte, a demanda por produtos sem amianto pode aumentar nos próximos anos e a Eternit trabalha para oferecer as duas alternativas e ser autossuficiente na matéria-prima. Vale ressaltar que o Brasil ainda está longe de ter uma solução técnica e economicamente viável em substituição ao amianto. Uma proibição abrupta deste mineral no país impactaria de imediato a construção autogerida, decorrente da elevação nos custos e até a paralisação do segmento de coberturas em função da indisponibilidade de fibras sintéticas no mercado mundial para abastecer a demanda brasileira, como também para os países os quais a SAMA exporta o mineral.

Se a decisão da sociedade brasileira for pela manutenção da atividade do crisotila, a Companhia atingirá o seu objetivo de ser a mais diversificada indústria de materiais de construção dentro de um processo natural.

A Eternit está confiante na recuperação da economia brasileira e, sobretudo, no setor em que está inserida. Com uma estrutura de capital adequada, baixo endividamento e investimentos consistentes em seu Plano de Expansão e Diversificação, a Companhia está bem posicionada para maximizar as oportunidades do setor.

Bem-vindos aos próximos 70 anos!

**CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO**

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

**RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer do exercício de 2012 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas controladas.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2012; e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do país.

São Paulo, 15 de março de 2013.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)**

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.852	21.352	16.656	42.333	Fornecedores	13	30.417	20.171	48.968	38.709
Aplicações financeiras de curto prazo	5	48.612	26.588	78.930	26.588	Empréstimos e financiamentos	14	1.519	2.744	55.839	40.553
Contas a receber	6	79.158	72.592	177.982	156.273	Provisões e encargos sociais	15	17.310	14.834	34.938	27.861
Estoques	7	81.925	72.913	127.560	110.483	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.f	18.133	17.346	18.133	17.346
Impostos a recuperar	8	11.167	5.083	13.881	6.539	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.d	1.645	1.645	2.926	2.965
Partes relacionadas	10	21.648	22.864	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	11.801	10.712	36.932	23.454
Outros ativos circulantes		4.439	2.978	11.022	8.670	Outros passivos circulantes		2.344	2.852	10.358	11.697
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>250.801</b>	<b>224.370</b>	<b>426.031</b>	<b>350.886</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>83.169</b>	<b>70.304</b>	<b>208.094</b>	<b>162.585</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Depósitos judiciais		6.640	5.943	13.047	10.698	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.d	18.263	19.492	30.019	26.308
Impostos a recuperar	8	21.114	20.957	24.534	23.600	Empréstimos e financiamentos	14	7.266	1.671	24.107	7.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	19.994	22.951	51.820	52.370	Partes relacionadas	10	35.533	33.573	-	-
Partes relacionadas	10	7.214	9.314	-	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	22.657	20.085	51.116	46.845
Investimentos	9	221.916	183.487	13.029	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	7.285	6.698	8.139	6.812
Imobilizado	11	123.060	119.873	252.457	225.889	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	13	-	13
Intangível	12	2.514	2.853	26.040	25.956	Provisão para remonte da mina	30	-	-	8.201	2.773
Outros ativos não circulantes		440	181	3.162	2.536	Outros passivos não circulantes		-	-	910	602
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>402.892</b>	<b>365.559</b>	<b>384.089</b>	<b>341.049</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>91.004</b>	<b>81.532</b>	<b>122.492</b>	<b>91.244</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>653.693</b>	<b>589.929</b>	<b>810.120</b>	<b>691.935</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
						Reserva de capital	18	19.388	18.536	19.388	18.536
						Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros	18	126.055	85.480	126.055	85.480
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		479.520	438.093	479.520	438.093
						Participações acionistas minoritárias		-	-	14	13

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

Nota explicativa	Reservas de capital				Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total controladora	Participação dos minoritários	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na Aquisições de Ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros				
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011</b>	<b>334.251</b>	<b>18.513</b>	<b>23</b>	<b>(174)</b>	<b>11.364</b>	<b>15.004</b>	<b>33.495</b>	-	<b>412.476</b>	<b>13</b>	<b>412.489</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	97.193	97.193	-	97.193
Constituição de reservas	-	-	-	-	4.859	4.859	15.899	(25.617)	-	-	-
Destinação do lucro líquido:											
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,066 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(23.620)	(23.620)	-	(23.620)
Dividendos - R\$ 0,134 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(47.956)	(47.956)	-	(47.956)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>334.251</b>	<b>18.513</b>	<b>23</b>	<b>(174)</b>	<b>16.223</b>	<b>19.863</b>	<b>49.394</b>	-	<b>438.093</b>	<b>13</b>	<b>438.106</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	113.004	113.004	1	113.005
Constituição de reservas	18	-	852	-	5.650	5.650	29.275	(41.427)	-	-	-
Destinação do lucro líquido:											
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,269 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(24.068)	(24.068)	-	(24.068)
Dividendos - R\$ 0,531 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(47.509)	(47.509)	-	(47.509)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>334.251</b>	<b>19.365</b>	<b>23</b>	<b>(174)</b>	<b>21.873</b>	<b>25.513</b>	<b>78.669</b>	-	<b>479.520</b>	<b>14</b>	<b>479.534</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)**

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional líquida	23	469.922	465.084	906.317
Custos dos produtos vendidos	24	(331.498)	(336.531)	(509.603)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>138.424</b>	<b>128.553</b>	<b>396.714</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>				
Despesas com vendas	24	(54.546)	(51.940)	(113.263)
Gerais e administrativas	24	(45.019)	(34.356)	(105.066)
Remuneração da Administração	10b	(11.383)	(8.818)	(14.078)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(2.842)	(7.866)	(8.223)
Resultado da equivalência patrimonial	9	89.392	65.112	(531)
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(24.398)</b>	<b>(37.868)</b>	<b>(206.482)</b>
Despesas financeiras	26	(8.748)	(7.205)	(36.757)
Receitas financeiras	26	9.496	22.436	39.006
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>748</b>	<b>15.231</b>	<b>2.249</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>114.774</b>	<b>105.916</b>	<b>157.802</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>				
Correntes	20	1.174	(8.372)	(44.261)
Diferidos	20	(2.944)	(351)	(537)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>113.004</b>	<b>97.193</b>	<b>113.004</b>
<b>ATRIBUÍVEL A:</b>				
Acionistas não minoritários		113.004	97.193	113.003
Acionistas minoritários		-	-	1
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>113.004</b>	<b>97.193</b>	<b>113.004</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$</b>	<b>20</b>	<b>1,26</b>	<b>1,09</b>	<b>1,26</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>RECEITAS</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23	631.126	628.960	1.159.627
Outras receitas		127	3.478	48.955
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber		(566)	(615)	(965)
<b>Total</b>		<b>630.687</b>	<b>631.835</b>	<b>1.207.617</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(336.167)	(300.764)	(523.053)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(90.900)	(117.570)	(161.998)
Perda/recuperação de valores ativos		(7.271)	(9.363)	(7.271)
Outras doações		(931)	(454)	(3.926)
		(435.269)	(428.151)	(696.248)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>195.418</b>	<b>203.684</b>	<b>511.369</b>
<b>DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	11/12	<b>(11.184)</b>	<b>(11.460)</b>	<b>(28.773)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>184.234</b>	<b>192.224</b>	<b>482.596</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>184.234</b>	<b>192.224</b>	<b>482.596</b>
Resultado da equivalência patrimonial	9	89.392	65.112	(531)
Receitas financeiras	26	9.496	22.436	39.006
Outras		8.864	(3.712)	7.548
		107.752	83.836	46.023
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>291.986</b>	<b>276.060</b>	<b>528.619</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>291.986</b>	<b>276.060</b>	<b>528.619</b>
<b>Pessoal:</b>				
Remuneração direta		54.806	51.418	112.991
Benefícios		27.695	21.458	53.571
FGTS		5.349	5.011	9.074
		87.850	77.887	175.636
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>				
Federais		56.129	68.323	123.225
Estaduais		18.947	20.616	47.603
Municipais		1.030	857	1.312
		76.106	89.796	172.140
<b>Remuneração de capital de terceiros:</b>				
Juros		8.748	7.205	36.016
Aluguéis		6.278	3.979	31.833
		15.026	11.184	67.849
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>				
Dividendos	18	47.509	47.956	47.509
Juros sobre o capital próprio	18	24.068	23.620	24.068
Lucros retidos	18	41.427	25.617	41.427
		113.004	97.193	113.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	113.004	97.193	113.004	97.193
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>113.004</b>	<b>97.193</b>	<b>113.004</b>	<b>97.193</b>
Atribuído aos acionistas não minoritários	113.004	97.193	113.003	97.193
Atribuído a acionistas minoritários	-	-	1	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		114.774	105.916	157.802
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado da equivalência patrimonial	9	(89.392)	(65.112)	531
Depreciação e amortização	11/12	11.184	11.460	28.773
Resultado na baixa de ativos permanentes		(42)	5.661	181
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber		410	615	48
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	2.572	1.628	4.271
Reversão (provisão) para perdas diversas		(2.942)	(651)	4.429
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		1.650	3.199	(1.628)
Rendimento de aplicações financeiras		(3.897)	(3.489)	(6.445)
Variação líquida despesas antecipadas		859	81	1.435
		<b>35.176</b>	<b>59.308</b>	<b>188.397</b>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	6	(5.227)	(13.863)	(17.210)
Partes relacionadas a receber		137	-	-
Estoques	7	(9.012)	1.905	(17.273)
Impostos a recuperar	8	(2.597)	2.638	(5.623)
Depósitos judiciais		(697)	1.036	(2.349)
Outros ativos		(3.033)	2.360	(4.256)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	13	10.210	(4.216)	10.187
Partes relacionadas a pagar	10	148	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	(42)	443	(1.026)
Provisões e encargos sociais		2.476	(4.804)	7.077
Outros passivos		1.561	1.150	1.037
Juros pagos		(135)	(411)	(271)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.779)	(8.643)	(33.545)
Dividendos recebidos	9	81.522	55.721	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<b>108.708</b>	<b>33.316</b>	<b>126.145</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Mútuo com empresa ligada a receber	10	1.963	(9.314)	-
Recebimento pela venda de imobilizado		124	54	188
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(14.114)	(13.233)	(55.794)
Aporte de capital em controladas	9	(30.560)	-	(13.560)
Aplicações financeiras de curto prazo		(210.303)	-	(378.191)
Investimentos temporários		-	17.799	-
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		192.176	-	332.294
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<b>(60.714)</b>	<b>(4.694)</b>	<b>(115.063)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Captação de empréstimo e financiamentos		7.059	2.464	199.479
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(2.828)	(512)	(166.830)
Mútuo com empresa ligada	10	(317)	(2.156)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	18	(69.408)	(81.475)	(69.408)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<b>(65.494)</b>	<b>(81.679)</b>	<b>(36.759)</b>
<b>(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(17.500)</b>	<b>6.251</b>	<b>(25.677)</b>
<b>(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
No início do exercício	4	21.352	15.101	42.333
No fim do exercício	4	3.852	21.352	16.656
<b>(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(17.500)</b>	<b>6.251</b>	<b>(25.677)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), incorporada no Brasil, com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 30 de janeiro de 1940, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

Conforme "Fato Relevante" divulgado em outubro de 2011, a Companhia, em linha com seu plano de expansão e diversificação de suas atividades, iniciou o projeto de instalação de sua 12ª fábrica no Distrito Industrial do Porto de Pecém, Município de Caucaia, Estado do Ceará através de uma "joint venture" entre a Companhia e a Organizações Corona S.A. ("Corona"), multinacional colombiana, um dos maiores produtores de louças sanitárias, com experiência de mais de 130 anos e um parque industrial diversificado de 17 fábricas na Colômbia e 2 nos Estados Unidos da América.

Sob a denominação de "Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A." a "joint venture" terá a participação acionária de 60% da Companhia e 40% da Corona.

Esta é uma aliança estratégica para desenvolver conjuntamente o negócio de produção e comercialização de louças sanitárias, no qual a Corona contribuirá com seu conhecimento de desenvolvimento e produção, e a Companhia com seu conhecimento do mercado, eficiência logística e uma rede de distribuição de mais de 16 mil pontos de vendas.

Esta unidade industrial contará com capacidade inicial de 1.500.000 de peças/ano e investimentos previstos na ordem de R\$ 100 milhões, para os quais a Companhia utilizará preferencialmente recursos de terceiros. O prazo previsto para conclusão das obras será final do ano de 2013.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

- A Companhia possui quatro fábricas instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Paraná e do Rio de Janeiro.
- A controlada Sama S.A. Minerações Associadas ("Sama"), sociedade anônima de capital fechado, localizada no Estado de Goiás, é a única mineradora de crisólita do Brasil e tem como principal objeto social a exploração e o beneficiamento do mineral crisólita, o qual é comercializado nos mercados interno e externo.
- A controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda. ("Tégula") possui seis fábricas, instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios para telhados.
- A controlada Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon") possui uma fábrica em Anápolis no Estado de Goiás e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
- A controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. ("Prel"), localizada em São Paulo no Estado de São Paulo, tem como principal objeto social a participação em empresas industriais e comerciais.
- A controlada Engedris Distribuição Ltda. ("Engedris"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás, não possui atividade econômica.
- As controladas Wagner Ltda. ("Wagner") e Wagner da Amazônia Ltda. ("Wagner da Amazônia"), localizadas em São Paulo no Estado de São Paulo, não possuem atividade econômica.
- A controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., localizada na cidade de Caucaia no Estado do Ceará, tem como principal objetivo social a importação, industrialização, comercialização, exportação e distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo estão descritos na nota explicativa nº 27.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**2.1. Declaração de conformidade e base para preparação**  
A apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas em 06 de março de 2013 pelo Conselho de Administração para publicação em 15 de março de 2013.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.</

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012** (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

**2.5. Ágio**  
O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

**2.6. Moeda estrangeira**  
Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

**2.7. Custos de empréstimos**  
Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não efetuou capitalização de custos com empréstimos relacionados ao imobilizado em andamento, devido a não relevância dos valores envolvidos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

**2.8. Subvenções governamentais**  
As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

**2.9. Custos de aposentadoria**  
Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

**2.10. Tributação**  
**2.10.1. Impostos sobre vendas**  
Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

**2.10.2. Imposto de renda e contribuição social correntes**  
A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 20).

**2.10.3. Impostos diferidos**  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 20b). Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

**2.11. Imobilizado**  
Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme avaliação efetuada em 2010, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

**2.12. Intangível**  
Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O Grupo não possui ativo intangível gerado internamente.

**2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo o ágio**  
No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**2.14. Estoques**  
São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

**2.15. Provisões**  
**Geral**  
Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**2.15.1. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados**  
A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

**2.15.2. Provisão para remonte da mina**  
A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

**2.15.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**  
O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**2.16. Ajuste a valor presente**  
Os saldos de contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas/despesas financeiras" nas demonstrações do resultado.

**2.17. Instrumentos financeiros**  
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**2.18. Empréstimos e financiamentos**  
São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**2.19. Juros sobre o capital próprio**  
São calculados com base no número de ações em circulação nas datas das respectivas deliberações em Reunião do Conselho de Administração e recebem o mesmo tratamento contábil dos dividendos (vide nota explicativa nº 18).

**2.20. Demonstração do valor adicionado ("DVA")**  
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

**2.22. Novas normas, alterações e interpretações de normas**

**a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012**  
As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes - A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.
- IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão) O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desconhecimentos A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo entenda a relação entre os ativos que não foram desconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. O Grupo não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

**b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia**

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Classificação e Mensuração encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 9 e prevê que sua adoção não provoque um impacto relevante em suas demonstrações financeiras da Companhia. A IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 10 e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras. A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 13 substitui o IAS 31 - Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. Os principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 11 e prevê que sua adoção não provoque um impacto relevante em suas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que a companhia não efetua consolidação proporcional da sua controlada em conjunto que é consolidada na equivalência patrimonial. A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 12 e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas		Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IFRS 11 - Acordos em conjunto		Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades		Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
• IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 13 e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras. Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. A Administração da Companhia avaliou os impactos da revisão destas normas e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras uma vez que a companhia não efetua consolidação proporcional da sua controlada em conjunto que é consolidada com base na equivalência patrimonial.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011)		Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IAS 28 - (Revisada 2011) Investimentos e Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado		Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• Alterações a IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. A Administração da Companhia avaliou os impactos da revisão destas normas e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras. Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. A Administração da Companhia avaliou os impactos da revisão destas normas e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras, uma vez que não há outros resultados abrangentes. Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques. Estas melhorias não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• Alterações a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras		Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IAS 16 Imobilizado		Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IFRS 1 - Empréstimos do Governo - Revisões da IFRS 1	Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão não terá impacto sobre o Grupo. A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Esta revisão não deverá ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo. Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. 2014. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias		Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32		Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

O Grupo pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções. Considerando as atuais operações do Grupo e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

**3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS**

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos, os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período de revisão. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

**3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura**  
Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não foram identificados indícios de redução do valor recuperável do ágio.

	Consolidado	
Controlada:	31/12/12	31/12/11
Sama	16.559	16.559
Tégula	3.436	3.436
	<b>19.995</b>	<b>19.995</b>

**3.2. Vida útil dos bens do imobilizado**  
O Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada exercício.

**3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**  
O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

**3.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**  
O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 21. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração do Grupo acredita que essas provisões para riscos estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**3.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados**

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

**3.6. Provisão para remonte da mina**

A controlada Sama segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD e possui provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação. A controlada possui equipe de especialistas ambientais, para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e quando necessário utiliza ainda especialistas externos.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e bancos	1.801	2.011	3.585	5.243
Aplicações em certificados de depósito bancários comprometidos	2.051	19.341	13.071	37.090
<b>Total</b>	<b>3.852</b>	<b>21.352</b>	<b>16.656</b>	<b>42.333</b>

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (104% em 31 de dezembro de 2011), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fundos de investimentos (i)	31.873	-	62.191	-
Fundos de Investimentos temporários (ii)	16.739	26.588	16.739	26.588
<b>Total</b>	<b>48.612</b>	<b>26.588</b>	<b>78.930</b>	<b>26.588</b>

A partir do ano de 2012 a Companhia concentrou suas aplicações em fundos de investimentos cujas carteiras são em sua maioria compostas por aplicações em renda fixa e em outros fundos de investimento financeiro. Os fundos são remunerados pelas taxas médias de 103% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2012 (104% em 31 de dezembro de 2011).

(i) São de aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.

(ii) Essas aplicações têm como objetivo principal financiar os investimentos em ativos imobilizados ou para futuros investimentos da Companhia. O valor é definido conforme plano de investimento da Companhia.

**6. CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contas a receber de clientes	82.728	77.501	124.241	124.075
Contas a receber de clientes exterior	-	-	61.228	44.184
(-) Ajuste a valor presente	(328)	(2.077)	(969)	(5.516)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre contas a receber	(3.242)	(2.832)	(6.518)	(6.470)
<b>Total</b>	<b>79.158</b>	<b>72.592</b>	<b>177.982</b>	<b>156.273</b>

As despesas com a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber são contabilizados no grupo de "despesas com vendas".

**Composição do saldo de clientes por idade de vencimento**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
A vencer	75.208	70.849	162.284	147.853
Valores vencidos:				
Até 30 dias	3.569	745	13.094	5.926
Entre 30 e 60 dias	225	163	1.480	350
Acima de 60 dias	156	835	1.124	2.144
<b>Total</b>	<b>79.158</b>	<b>72.592</b>	<b>177.892</b>	<b>156.273</b>

**Movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	(2.832)	(2.217)	(6.470)	(6.383)
Adição	(572)	(884)	(1.546)	(1.083)
Reversão	6	8	581	(57)
Baixa	156	261	917	1.053
<b>Total</b>	<b>(3.242)</b>	<b>(2.832)</b>	<b>(6.518)</b>	<b>(6.470)</b>

**7. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Produtos acabados	35.082	35.368	59.957	53.280
Produtos semi-acabados	-	-	2.757	1.553
Revenda	20.862	18.128	26.005	23.423
Matérias-primas	22.117	16.445	21.110	15.698
Materiais auxiliares	3.864	2.972	18.666	17.268
(-) Provisão para perdas (*)	-	-	(935)	(739)
<b>Total</b>	<b>81.925</b>	<b>72.913</b>	<b>127.560</b>	<b>110.483</b>

(\*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

**Movimentos da provisão para perda**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2011</b>			<b>(900)</b>	<b>(1.569)</b>
(+) Complemento de provisão no exercício	-	-	(70)	-
(-) Valores baixados da provisão	-	-	900	900
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>			<b>-</b>	<b>(739)</b>
(+) Complemento de provisão no exercício	-	-	(196)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>			<b>-</b>	<b>(935)</b>

**8. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	1.067	1.486	1.946	1.972
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	284	432	518	603
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	4.636	1.211	5.422	1.681
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	1.415	92	1.602	248
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	2.169	373	2.169	373
Fundo - FOMENTAR - ICMS (*)	729	1.080	729	1.092

**11. IMOBILIZADO**

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2011</b>	<b>701</b>	<b>31.320</b>	<b>90.221</b>	<b>11.371</b>	<b>74.127</b>	<b>3.566</b>	<b>3.718</b>	<b>2.910</b>	<b>6.154</b>	<b>224.088</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	11.628	11.628
Baixas	-	-	(6.096)	(5)	(217)	(67)	(25)	(54)	-	(6.464)
Transferências	-	485	5.672	1.406	2.870	(1)	257	367	(11.056)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>701</b>	<b>31.805</b>	<b>89.797</b>	<b>12.772</b>	<b>76.780</b>	<b>3.498</b>	<b>3.950</b>	<b>3.223</b>	<b>6.726</b>	<b>229.252</b>
Adições	-	-	437	-	-	-	-	-	13.241	13.678
Baixas	-	-	(14)	(35)	(35)	(270)	(14)	(30)	-	(363)
Transferências	-	360	4.719	105	364	350	1.173	179	(7.250)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>701</b>	<b>32.165</b>	<b>94.939</b>	<b>12.877</b>	<b>77.109</b>	<b>3.578</b>	<b>5.109</b>	<b>3.372</b>	<b>12.717</b>	<b>242.567</b>
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-
<b>Depreciação acumulada</b>										
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2011</b>	-	<b>(17.236)</b>	<b>(40.672)</b>	<b>(6.553)</b>	<b>(28.786)</b>	<b>(2.067)</b>	<b>(1.697)</b>	<b>(2.078)</b>	-	<b>(99.089)</b>
Adições	-	(682)	(2.359)	(1.008)	(5.922)	(391)	(306)	(280)	-	(10.948)
Baixas	-	-	468	2	54	66	16	52	-	658
Transferências	-	(10)	183	(15)	(161)	1	2	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	-	<b>(17.928)</b>	<b>(42.380)</b>	<b>(7.574)</b>	<b>(34.815)</b>	<b>(2.391)</b>	<b>(1.985)</b>	<b>(2.306)</b>	-	<b>(109.379)</b>
Adições	-	(703)	(1.786)	(1.077)	(5.863)	(341)	(336)	(304)	-	(10.410)
Baixas	-	-	14	-	35	201	11	21	-	282
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	-	<b>(18.631)</b>	<b>(44.152)</b>	<b>(8.651)</b>	<b>(40.643)</b>	<b>(2.531)</b>	<b>(2.310)</b>	<b>(2.589)</b>	-	<b>(119.507)</b>
<b>Valor residual</b>										
Em 01 de janeiro de 2011	701	14.084	49.549	4.818	45.341	1.499	2.021	832	6.154	124.999
Em 31 de dezembro de 2011	701	13.877	47.417	5.198	41.965	1.107	1.965	917	6.726	119.873
Em 31 de dezembro de 2012	701	13.534	50.787	4.226	36.466	1.047	2.799	783	12.717	123.060

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS e outros	641	409	1.267	570
<b>Total</b>	<b>11.167</b>	<b>5.083</b>	<b>13.881</b>	<b>6.539</b>
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	840	1.145	4.260	3.786
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.004	12.606	13.004	12.608
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	7.206	7.206	7.206	7.206
Outros	64	-	64	-
<b>Total</b>	<b>21.114</b>	<b>20.957</b>	<b>24.534</b>	<b>23.600</b>

(\*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

**9. INVESTIMENTOS**

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas e da controlada em conjunto da Companhia:

Controladas	Controladora		Participação e capital votante detidos - %	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Precon	99,99	99,99	99,99	99,99
Prel	99,99	99,99	99,99	99,99
Sama	99,99	99,99	99,99	99,99
Tégula	99,99	99,99	99,99	99,99
Wagner	99,85	99,85	99,85	99,85
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. ("CSC") (i)	60,00	-	-	-
Engedis (ii)	99,94	99,94	99,94	99,94
(i) Controlada em conjunto.				
(ii) Controlada indireta				

Resumo das principais informações das controladas e controlada em conjunto:

Controlada	Localização	Atividade principal
Sama	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do minério de amianto crisotila.
Engedis	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Precon	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Wagner	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Tégula	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Companhia Sul Americana de Cerâmica	Porto de Calcaia/CE	A controlada em conjunto Sociedade Anônima Companhia Sulamericana de Cerâmica localizada na cidade de Caucaia, Estado do Ceará tem como principal objetivo social importação, industrialização, comercialização exportação, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

	Controladora					
	Precon	Prel	Sama	Tégula	Wagner	Total
Investimentos	15.694	7.866	85.557	53.752	4.059	166.928
Ágio/Goodwill	-	-	16.559	-	-	16.559
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>15.694</b>	<b>7.866</b>	<b>102.116</b>	<b>53.752</b>	<b>4.059</b>	<b>183.487</b>

Resumo da composição dos investimentos:

	Controladora						
	Precon	Prel	Sama	CSC	Tégula	Wagner	Total
Investimentos	15.694	7.866	85.557	53.752	4.059	166.928	
Ágio/Goodwill	-	-	16.559	-	-	-	16.559
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>17.578</b>	<b>7.821</b>	<b>107.183</b>	<b>13.029</b>	<b>72.246</b>	<b>4.059</b>	<b>221.916</b>

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Controladora						
	Precon	Prel	Sama	CSC	Tégula	Wagner	Total
<b>Em 1º de dezembro de 2011</b>	<b>14.116</b>	<b>7.969</b>	<b>97.269</b>	-	<b>52.134</b>	<b>3.953</b>	<b>175.441</b>
Dividendos	(7.600)	(1.763)	(38.364)	-	-	(14)	(47.741)
Juros sobre o capital próprio	(668)	(436)	(5.053)	-	(2.958)	(25)	(9.140)
Equivalência patrimonial	9.853	2.153	48.357	-	4.604	145	65.112
Depreciação da correção monetária complementar	-	-	-	-	-	-	-
IFRS	(7)	(57)	(93)	-	(28)	-	(185)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>15.694</b>	<b>7.866</b>	<b>102.116</b>	-	<b>53.752</b>	<b>4.059</b>	<b>183.487</b>
Dividendos	(7.927)	(1.896)	(62.958)	-	-	(104)	(72.885)
Juros sobre o capital próprio	(640)	-	(5.158)	-	(2.839)	-	(8.637)
Equivalência patrimonial	10.451	1.851	73.183	(531)	4.333	104	89.392
Constituição de controlada em conjunto	-	-					

Imobilizado	Consolidado													
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2011	4.084	72.727	160.369	16.023	25.416	191.129	11.987	3.829	10.626	6.366	1.847	13.387	9.384	527.174
Adições	-	3.038	11.604	-	2.476	1.459	1.303	-	1.275	183	-	-	22.602	43.940
Baixas	-	(22)	(6.333)	-	(3.701)	(217)	(483)	-	(113)	(113)	-	-	-	(11.056)
Transferências	-	2.334	5.553	337	1.406	10.946	279	276	840	609	-	-	(22.580)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.084	78.077	171.193	16.360	25.597	203.317	13.086	4.105	12.554	7.045	1.847	13.387	9.406	560.058
Adições	-	860	3.282	-	565	551	479	-	757	165	-	-	47.708	54.367
Baixas	-	(9)	(512)	-	(32)	(109)	(363)	(47)	(147)	(112)	-	-	-	(1.331)
Transferências	-	1.657	7.529	8.250	349	4.639	11.849	222	2.202	416	3.931	-	(41.044)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.084	80.585	181.492	24.610	26.479	208.398	25.051	4.280	15.366	7.514	5.778	13.387	16.070	613.094
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	25%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
<b>Depreciação acumulada</b>														
Saldos em 1 de janeiro de 2011	-	(42.846)	(93.837)	(13.140)	(16.325)	(127.335)	(7.814)	(3.810)	(5.604)	(4.829)	(158)	(1.487)	-	(317.185)
Adições	-	(1.428)	(4.656)	(136)	(2.328)	(9.713)	(1.419)	(10)	(897)	(555)	(53)	(696)	-	(21.891)
Baixas	-	(70)	599	-	3.548	54	422	-	156	58	-	-	-	4.907
Transferências	-	(262)	434	-	(15)	(161)	2	-	2	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(44.466)	(97.460)	(13.276)	(15.120)	(137.155)	(8.809)	(3.820)	(6.343)	(5.326)	(211)	(2.183)	-	(334.169)
Adições	-	(1.629)	(4.343)	(1.758)	(2.585)	(10.445)	(3.346)	(83)	(1.316)	(615)	(614)	(696)	-	(27.430)
Baixas	-	9	265	-	30	107	294	47	109	101	-	-	-	962
Transferências	-	(140)	-	-	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(46.226)	(101.538)	(15.034)	(17.535)	(147.493)	(11.861)	(3.856)	(7.550)	(5.840)	(825)	(2.879)	-	(360.637)
<b>Valor residual</b>														
Em 01 de janeiro de 2011	4.084	29.881	66.532	2.883	9.091	63.794	4.173	19	5.022	1.537	1.689	11.900	9.384	209.989
Em 31 de dezembro de 2011	4.084	33.611	73.733	3.084	10.477	66.162	4.277	285	6.211	1.719	1.636	11.204	9.406	225.889
Em 31 de dezembro de 2012	4.084	34.359	79.954	9.576	8.944	60.905	13.190	424	7.816	1.674	4.953	10.508	16.070	252.457

Em razão de processos judiciais, a controlada Sama ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$ 892.

## 12. INTANGÍVEL

Custo	Controladora		
	Softwares	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2011	5.298	26	5.324
Adições	1.605	-	1.605
Baixas	(133)	(15)	(148)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.770	11	6.781
Adições	-	436	436
Baixas	(21)	-	(21)
Transferências	436	(436)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.185	11	7.196
Vida útil (em anos)	5	-	-
<b>Amortização</b>			
Saldos em 1 de janeiro de 2011	(3.513)	-	(3.513)
Adições	(512)	-	(512)
Baixas	97	-	97
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(3.928)	-	(3.928)
Adições	(774)	-	(774)
Baixas	20	-	20
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(4.682)	-	(4.682)
<b>Valor residual</b>			
Saldo em 1 de janeiro de 2011	1.785	26	1.811
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.842	11	2.853
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.503	11	2.514

Custo	Consolidado					
	Softwares	Ágio	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2011	9.306	19.995	1.156	-	90	30.547
Adições	2.416	-	-	-	-	2.416
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11.722	19.995	1.156	-	90	32.963
Adições	200	-	-	1.227	-	1.427
Baixas	(21)	-	-	-	-	(21)
Transferências	1.242	-	-	(1.227)	(15)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.143	19.995	1.156	-	75	34.369
Vida útil (em anos)	5	-	-	-	-	-
<b>Amortização</b>						
Saldos em 1 de janeiro de 2011	(6.092)	-	-	-	(1)	(6.093)
Adições	(915)	-	-	-	-	(915)
Baixas	1	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(7.006)	-	-	-	(1)	(7.007)
Adições	(1.343)	-	-	-	-	(1.343)
Baixas	21	-	-	-	-	21
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(8.328)	-	-	-	(1)	(8.329)
<b>Valor residual</b>						
Saldo em 1 de janeiro de 2011	3.214	19.995	1.156	-	89	24.454
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.716	19.995	1.156	-	89	25.956
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.815	19.995	1.156	-	74	26.040

## 13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Mercado Interno	22.473	17.590	40.615	36.072
Mercado Externo	8.056	2.729	8.492	2.848
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	(112)	(148)	(139)	(211)
<b>Total</b>	<b>30.417</b>	<b>20.171</b>	<b>48.968</b>	<b>38.709</b>

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a) e (d)	1.519	2.744	9.091	4.199
ACE (b)	-	-	26.319	36.354
ACC (c)	-	-	20.429	-
	<b>1.519</b>	<b>2.744</b>	<b>55.839</b>	<b>40.553</b>
Não circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a) e (d)	7.266	1.671	24.107	7.891
<b>Total</b>	<b>8.785</b>	<b>4.415</b>	<b>79.946</b>	<b>48.444</b>
Fluxo de pagamento do não circulante:				
2013	-	1.353	-	2.978
2014	7.202	282	13.756	1.936
2015	37	36	5.471	2.977
2016	22	-	3.513	-
2017	5	-	1.367	-
<b>Total</b>	<b>7.266</b>	<b>1.671</b>	<b>24.107</b>	<b>7.891</b>

- (a) A controlada SAMA captou financiamento junto ao BNDES/Finame para aquisição de veículos (caminhões) com taxa média de 6,171% e 4,430% a.a. acrescido da T.JLP, o qual não exige a manutenção de índices financeiros, contudo exige o cumprimento de outras obrigações específicas. Em 31 de dezembro de 2012, todas as obrigações especificadas no contrato foram cumpridas.
- (b) Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE - Trata-se de recursos destinados a alavancar o capital de giro da controlada Sama, captados em dólares norte-americanos a taxa cambial média de R\$ 2,041 e atualizados pela taxa corrente de R\$ 2,0429 referente a 31 de dezembro de 2012. A taxa de captação - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Companhia é avalista de parte das operações de ACE da controlada SAMA, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 era R\$ 26.319.
- (c) Adiantamento de Contrato de Cambio - ACC - Trata-se de recursos destinados a alavancar o capital de giro da controlada Sama. A taxa de captação - PRIME média é de 3,25% ao ano e os adiantamentos foram captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R\$ 2,041 e atualizados pela taxa de R\$ 2,0429 referente a 31 de dezembro de 2012, vencíveis em até 360 dias. A captação é decorrente da expectativa do aumento das exportações, a Companhia é avalista de parte das operações de ACC da controlada SAMA, cujo valor em 31 de Dezembro de 2012 era R\$ 20.429.
- (d) A Companhia captou financiamento Finimp 4 para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à operação pela taxa de juros de 2,84% a.a. referente a taxa de dólar PTAX 2,0758 e atualizados pela taxa corrente de R\$2,0429 em 31 de dezembro de 2012 vencíveis em até 24 meses, com amortizações mensais e pagamento de juros anuais. Em 31 de dezembro de 2012, todas as obrigações especificadas no contrato foram cumpridas.

## 15. PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Férias	6.699	6.231	12.291	11.403
Participação nos lucros e resultados (a)	4.680	6.004	14.388	11.694
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS Instituto nacional do seguro social - INSS	1.832	1.303	3.227	827
Previdência privada (b)	3.557	900	3.985	1.254
Contribuição Sindical	5	(53)	52	3
<b>Total</b>	<b>17.310</b>	<b>14.834</b>	<b>34.938</b>	<b>27.861</b>

## (a) Participação nos lucros e resultados

O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/12	31/12/11
Controladora	8.289	5.787
Consolidado	18.195	13.767

## (b) Previdência privada

O Grupo oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, sem vínculo com o Grupo. O plano é denominado Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, com característica de contribuição definida. Vide detalhes sobre este plano na nota explicativa nº 22.

## 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	14.101	4.232
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	-	-	3.402	592
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	6.332	5.327	9.105	8.792
Imposto sobre produtos Industrializados - IPI	2.138	2.201	2.367	2.457
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.970	2.058	3.835	3.755
Programa de integração social - PIS	358	442	764	810
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	908	579	1.722	1.336
Contribuição Financeira de compensação de recursos minerais	-	-	1.358	1.169
Outros	95	105	278	311
<b>Total</b>	<b>11.801</b>	<b>10.712</b>	<b>36.932</b>	<b>23.454</b>
Não circulante:				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS (*)	7.285	6.698	8.139	6.812

(\*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM E PRODUIR na controlada Tégula.

## 17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos são revisados e realizados em bases anuais.

## (a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/12	31/12/11
Taxa anual de juro atuarial real	3,5%	5,6%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	1,0%	1,0%
Taxa anual de inflação projetada	5,2%	5,2%
Tábua de mortalidade geral	GAM83	GAM83

## (b) Avaliação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Número de participantes	310	325	527	542
Valor presente das obrigações no início do exercício	21.500	21.374	30.457	30.800
Juros sobre a obrigação atuarial	2.482	2.328	3.590	3.305
Gastos realizados no exercício (Ganhos)/Perdas atuariais no exercício	(2.499)	(2.202)	(3.933)	(3.648)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	<b>20.413</b>	<b>21.500</b>	<b>34.330</b>	<b>30.457</b>

## (c) Amortização dos ganhos atuariais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Perdas atuariais não reconhecidas	-	879	-	1.914
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	2.041	2.150	3.433	3.046

## (d) Conciliação contábil do passivo

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo contábil no início do exercício	21.137	20.93		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2012 o valor do benefício totalizou R\$ 33. O benefício é tratado como Subvenção para investimento pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Além disso, o objetivo do FUNDOPEM/RS é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

### c) Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR

#### • Precon

Em 26 de janeiro de 1990 a Precon Goiás Industrial Ltda. pleiteou o direito ao benefício para a redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no estado de Goiás. O pleito foi concedido pela Secretaria da Receita Federal do Estado de Goiás através do Termo de Acordo de Regime Especial 227/07 quando foi reconhecido à empresa Precon Goiás Industrial Ltda. o benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 7.417 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2015.

No exercício de 2012 o valor do benefício totalizou R\$ 1.884. O benefício é tratado como Subvenção para investimento pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Além disso, o objetivo do FOMENTAR é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

### d) Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

#### • Eternit S.A.

As normas tributárias brasileiras possibilitaram que as pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos atendendo as obrigações e condições constantes no anexo II. O decreto nº 64.214 de 18 de março de 1969 que regulamenta dispositivos das Lei nº 4.239, de 27 de julho de 1963, 4.869, de dezembro de 1965 e 5.508 de 11 de outubro de 1968 referentes a incentivos fiscais e financeiros administrativos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Laudo Constitutivo dá direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da empresa Eternit S.A. com fundamento na Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196 de 2008, alterado pelo decreto nº 6.674 de 03 de dezembro de 2008 e, ainda em conformidade com os Regulamentos dos Incentivos Fiscais, aprovado pela Portaria nº 2.091-A de 28 de dezembro de 2007. Em março de 2011, a empresa Eternit S.A. obteve através do Laudo Constitutivo 0018/2011 o direito fiscal à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência das empresas da região Nordeste.

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.774	105.916	157.8028	131.140
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(39.023)	(36.011)	(53.653)	(44.588)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	31.053	22.138	(531)	-
Juros sobre o capital próprio	8.183	8.031	8.183	8.031
Doações e brindes	(235)	(57)	(2.919)	(426)
Tributos e multas indedutíveis	(25)	(166)	(197)	(168)
Outras (adições) exclusões, líquidas	(1.723)	(2.658)	4.319	3.204
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(1.770)</b>	<b>(8.723)</b>	<b>(44.798)</b>	<b>(33.947)</b>
Taxa Efetiva	1,5%	8,2%	28,4%	76,1%

### b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	4.883	6.662	13.848	15.398
Benefícios futuros a ex-empregados	5.378	5.796	9.534	8.286
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.703	6.829	17.379	15.156
Lucros não realizados nos estoques	-	-	2.626	2.344
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	-	856	1.898
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.591	1.090	3.819	2.537
Provisão para perda do imobilizado	1.815	1.962	1.815	1.962
Outras provisões	(1.376)	612	1.943	4.789
<b>Total</b>	<b>19.994</b>	<b>22.951</b>	<b>51.820</b>	<b>52.370</b>

### Expectativa de realização dos créditos tributários

#### i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/12
2013	730	1.910
2014	621	2.710
2015	509	3.049
2016	508	2.993
2017 a 2022	2.515	3.186
<b>Total</b>	<b>4.883</b>	<b>13.848</b>

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2012, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 60.900 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 60.574, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2012, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

#### ii) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
2013	2.384	6.087		
2014	2.029	5.180		
2015	1.664	4.248		
2016	2.473	6.314		
2017 a 2022	6.561	16.143		
<b>Total</b>	<b>15.111</b>	<b>37.972</b>		

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2012, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe haver quando haverá a decisão em última instância. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

## 21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais. A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos externos e do Grupo.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Processos trabalhistas (i)	17.214	13.997	26.321	21.912
Processos tributários (ii)	5.443	6.088	24.795	24.933
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	22.657	20.085	51.116	46.845

### i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insalubridade e periculosidade (iv) verbas rescisórias entre outros.

### ii) Na área tributária os principais processos englobam:

a) Diferença de valores recolhidos a título de ICMS e  
b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.

As movimentações na provisão para riscos tributários e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora			
	31/12/10	Adições	Reversões	31/12/11
Provisão Trabalhistas	14.366	4.846	(5.215)	13.997
Provisão Tributários	4.091	7.306	(5.309)	6.088
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	18.457	12.152	(10.524)	20.085

	Controladora			
	31/12/11	Adições	Reversões	31/12/12
Provisão Trabalhistas	13.997	3.217	-	17.214
Provisão Tributários	6.088	683	(1.328)	5.443

	Consolidado			
	31/12/10	Adições	Reversões	31/12/11
Provisão Trabalhistas	22.697	11.248	(6.725)	27.220
Provisão Tributários	15.612	10.406	(6.393)	19.625

	Consolidado			
	31/12/11	Adições	Reversões	31/12/12
Provisão Trabalhistas	21.912	4.000	(1.117)	24.795
Provisão Tributários	24.933	3.384	(1.996)	26.321

	Consolidado			
	31/12/10	Adições	Reversões	31/12/11
Provisão Trabalhistas	22.697	11.248	(6.725)	27.220
Provisão Tributários	15.612	10.406	(6.393)	19.625

	Consolidado			
	31/12/11	Adições	Reversões	31/12/12
Provisão Trabalhistas	21.912	4.000	(1.117)	24.795
Provisão Tributários	24.933	3.384	(1.996)	26.321

Em 31 de dezembro de 2012, tramitava contra o Grupo as seguintes ações, cuja a probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poço das Antas com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.

b) Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados. A ação referente ao estado do Rio de Janeiro foi julgada improcedente enquanto que a de Pernambuco procedente. Ambas estão pendentes de recurso.

c) Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada Sama.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 8.102 (R\$ 6.112 em 31 de dezembro de 2011), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Por outro lado, quando necessário, o Grupo efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

### e) Ações relacionadas ao uso da matéria prima amianto "crisotila"

Existem ainda quatro leis estaduais sancionadas (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco) restringindo o uso do amianto, que estão sendo discutidas por meio de ADIs perante o STF, além do questionamento, também por meio de ADI, do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995. As ADIs propostas contra as leis estaduais aguardam julgamento de mérito. Vale mencionar que os Estados de Mato Grosso e Roraima aprovaram leis contra o amianto ainda não sancionadas.

Por força de liminares, as leis dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão suspensas. No que diz respeito, a Lei nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, a Companhia esclarece que no dia 04 de junho de 2008, o plenário do STF revogou a liminar concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a referida lei. Importante destacar que o mérito desta ação ainda não foi julgado, o que a coloca sub-judice e, portanto, a proibição ainda não se tornou definitiva.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI 3357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção, e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado-membro e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

O eminente Ministro Ayres Brito, presidente do STF, iniciou o julgamento proferindo o seu voto pela constitucionalidade das leis estaduais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto o eminente Ministro Marco Aurélio proferiu o seu voto pela inconstitucionalidade das referidas leis. Após a conclusão do voto do Ministro Marco Aurélio, o presidente do Supremo suspendeu os trabalhos.

Esclarecemos que o início do julgamento de mérito das ADIs se deu após exaustivos debates de cunho científico com a sociedade brasileira, por meio de audiência pública realizadas pelo STF, em 24 e 31 de agosto de 2012, conduzida pelo Ministro Marco Aurélio e que contou com a presença pontual dos também eminentes Ministro Ricardo Lewandowski e Ministra Rosa Weber.

A audiência pública teve por objetivo avaliar o ponto de vista médico-científico o uso do amianto "crisotila", dada sua importância para o Brasil. A matéria encontra-se pendente sem previsão para voltar a pauta do STF para conclusão do julgamento.

## 22. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pelo Grupo e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contribuições Efetuadas no exercício findo em:	2.829	2.766	3.542	3.530

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita bruta de vendas	631.126	628.960	1.159.627	1.071.780
Descontos e abatimentos incondicionais	(3.515)	(3.838)	(3.583)	(3.954)
Impostos incidentes sobre as vendas	(157.689)	(160.038)	(249.727)	(247.588)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>469.922</b>	<b>465.084</b>	<b>906.317</b>	<b>820.238</b>

## 24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

O Grupo apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(331.498)	(336.531)	(509.603)	(496.455)
Despesas com vendas	(54.546)	(51.940)	(113.263)	(97.294)
Despesas administrativas e despesas Técnicas	(36.883)	(34.356)	(86.923)	(84.119)
<b>(422.927)</b>	<b>(422.827)</b>	<b>(709.789)</b>	<b>(677.868)</b>	
Matéria-prima consumida (-) Ajuste a valor presente	(232.084)	(231.060)	(357.100)	(335.118)
Despesas com pessoal e encargos	(75.579)	(78.090)	(125.697)	(127.525)
Materiais, energia elétrica e serviços	(35.824)	(41.157)	(48.830)	(61.453)
Despesas de vendas variáveis	(13.556)	(5.319)	(37.830)	(24.359)
Depreciação e amortização	(9.906)	(12.921)	(17.363)	(24.979)
Serviços de terceiros	(12.744)	(12.033)	(47.884)	(24.962)
Comissões sobre vendas	(9.587)	(8.377)	(18.939)	(17.125)
Contribuição para entidades de classe	(1.511)	(1.231)	(1.601)	(3.764)
Propaganda e publicidade	(7.698)	(7.401)	(9.810)	(7.547)
Impostos e taxas	(2.229)	(2.182)	(1.741)	(4.734)
Outras	(22.665)	(23.732)	(43.566)	(47.184)
<b>(422.927)</b>	<b>(422.827)</b>	<b>(709.789)</b>	<b>(677.868)</b>	

## 25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Outras receitas operacionais:				
Vendas bens de imobilizado	123	132	237	1.060
Receitas eventuais - créditos extemporâneos	2.406	2.191	4.433	5.114
Outras vendas	-	-	-	202
Alugueis	-	-	2.234	1.741
Programa Desenvolve da Bahia (a)	-	3.346	-	3.346
Outras	2	2	2	-
	<b>2.531</b>	<b>5.671</b>	<b>6.906</b>	<b>11.463</b>

	Controladora			
	31/12/10	Adições	Reversões	31/12/11
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(1.270)	(2.134)	(7.605)	(3.111)
Impostos sobre outras vendas	(148)	(147)	(777)	(1.015)
Garantia de qualidade	(546)	(590)	(758)	(735)
Substituição de produto avariado	-	(232		



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Eternit S.A.**

São Paulo - SP

**Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração

e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eternit S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Eternit S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 21e às demonstrações financeiras, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal

(STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001, de 21 de junho de 2011, do estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele estado e da ADI nº 3937 em face da Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, do estado de São Paulo, que proíbe o uso, no estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 7 de março de 2012, sem modificações.

São Paulo, 15 de março de 2013.

 **ERNST & YOUNG TERCO**

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Nannini

Contador CRC-1SP171638/O-7

Clinton L. Fernandes

Contador CRC-1SP205541/O-2